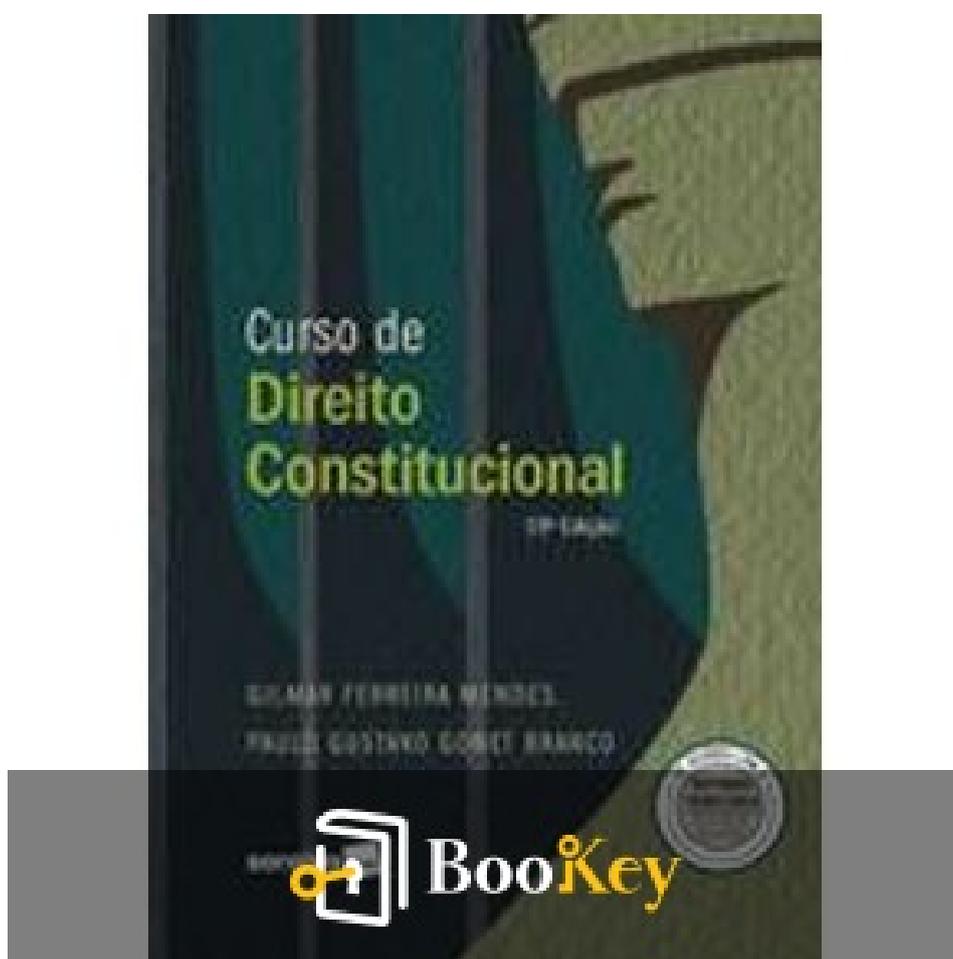


Curso De Direito Constitucional - Série Idp - 19ª Edição 2024 PDF

GILMAR FERREIRA MENDES



Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Sobre o livro

Lançamento do Livro Premiado

A 19ª edição do renomado livro, que conquistou o prêmio de Melhor Livro de Direito na 50ª edição do Prêmio Jabuti, é fruto da colaboração entre o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e a Saraiva Educação. Reconhecido como um dos pilares do Direito Constitucional no Brasil, a obra se destaca por sua constante evolução, que é resultado do feedback dos leitores ao longo dos anos. Para garantir sua relevância, esta nova edição foi extensivamente revisada e atualizada, proporcionando um conteúdo que reflete as mais recentes mudanças na jurisprudência e inclui análises profundas sobre decisões do Supremo Tribunal Federal e outros Tribunais Superiores.

Além de abordar temas emergentes que receberam pouca atenção na doutrina nacional, a obra se propõe a oferecer uma base sólida para o desenvolvimento do pensamento crítico dos leitores, confrontando-os com os desafios atuais da vida constitucional.

Os autores, cujas trajetórias profissionais adicionam valor ao conteúdo, incluem:

- Gilmar Ferreira Mendes, atual decano do Supremo Tribunal Federal
- Paulo Gustavo Gonet Branco, Procurador-Geral da República.

A expectativa das editoras, IDP e Saraiva Jur, é que essa edição inspire novos talentos na área de Direito Público e fortaleça aqueles que já atuam na

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

área. Esta edição de 2024 foi atualizada até a Emenda Constitucional n. 132/2023, que refere-se à Reforma Tributária, com fechamento da edição registrado em 26 de janeiro de 2024.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia Positiva

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mindfulness

Visões dos melhores livros do mundo

Desenvolvimento

Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes



Mini Hábitos



Hábitos Atômicos



O Clube das 5 da Manhã



Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas



Como Não



Teste gratuito com Bookey





Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar



Curso De Direito Constitucional - Série Idp - 19^a Edição 2024 Resumo

Escrito por IdeaClips

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Quem deve ler este livro **Curso De Direito Constitucional - Série Idp - 19ª Edição 2024**

O livro "CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL - SÉRIE IDP - 19ª EDIÇÃO 2024" de Gilmar Ferreira Mendes é essencial para estudantes de Direito, especialmente aqueles que estão em busca de uma formação sólida na área constitucional. Além de acadêmicos, o livro também é altamente recomendado para profissionais do Direito, juízes, advogados e servidores públicos que desejam aprofundar seus conhecimentos e atualizações sobre a Constituição Brasileira e suas interpretações. Pesquisadores e interessados em debates jurídicos contemporâneos também encontrarão nesta obra uma fonte rica de informações e reflexões sobre as complexidades do direito constitucional no Brasil.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Principais insights de Curso De Direito Constitucional - Série Idp - 19ª Edição 2024 em formato de tabela

Capítulo	Tópico	Descrição
1	Introdução ao Direito Constitucional	Conceitos fundamentais, evolução histórica e importância do Direito Constitucional.
2	Princípios Constitucionais	Estudo dos princípios fundamentais da Constituição e sua aplicação.
3	Direitos e Garantias Fundamentais	Análise dos direitos individuais, coletivos e sociais previstos na Constituição.
4	Organização do Estado	Estrutura e funcionamento dos poderes executivo, legislativo e judiciário.
5	Poder Legislativo	Funções, composição e competências do poder legislativo segundo a Constituição.
6	Poder Executivo	A organização e atribuições do poder executivo nas esferas federal, estadual e municipal.
7	Poder Judiciário	Funções, estrutura e princípios que regem o sistema judiciário brasileiro.
8	Controle de Constitucionalidade	Mecanismos de controle judicial e político da constitucionalidade das leis.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Capítulo	Tópico	Descrição
9	Reformas Constitucionais	Processo de emenda constitucional e suas implicações.
10	Direitos Sociais	Análise dos direitos sociais na Constituição e sua eficácia.
11	Princípio da Separação dos Poderes	Estudo sobre a divisão e independência entre os poderes do Estado.
12	Federalismo e Organização do Estado	Discussão sobre a federação brasileira e suas unidades federativas.
13	Desafios e Tendências do Direito Constitucional	Reflexões sobre as novas demandas e transformações no Direito Constitucional.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Curso De Direito Constitucional - Série Idp - 19ª Edição 2024 Lista de capítulos resumidos

1. Introdução ao Direito Constitucional e sua Importância na Sociedade Atual
2. Princípios Fundamentais da Constituição Brasileira: Estrutura e Significado
3. Direitos e Garantias Fundamentais: Análise e Interpretação Contemporânea
4. Poderes do Estado e a Separação de Funções: Funcionalidade e Limitações
5. O Controle de Constitucionalidade e sua Relevância no Sistema Jurídico Brasileiro
6. Aspectos Recentes do Direito Constitucional: Desafios e Tendências para o Futuro

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

1. Introdução ao Direito Constitucional e sua Importância na Sociedade Atual

O Direito Constitucional é um dos ramos mais relevantes do direito, pois estabelece as normas fundamentais que regulam a organização do Estado e os direitos dos cidadãos. A sua importância na sociedade atual se dá principalmente pela função que exerce na proteção dos direitos individuais e coletivos, na promoção da justiça social, e na consolidação da democracia. O constitucionalismo moderno busca não somente a limitação do poder do Estado, mas também assegurar que esse poder seja exercido em conformidade com os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana.

Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, as constituições assumem um papel essencial como garantidoras de uma ordem jurídica estável e previsível. Elas expressam os valores e os princípios fundamentais de um país, funcionando como um pacto social que reflete a vontade do povo. Em tempos de crise, como os enfrentados em pandemias, conflitos sociais ou crises políticas, é a Constituição que serve de âncora para a sociedade, orientando a atuação do Estado e assegurando os direitos fundamentais dos cidadãos.

Além disso, a constituição é um instrumento de promoção da igualdade, da diversidade e do respeito às diferenças. Ela deve ser interpretada de forma a garantir a inclusão social e a participação ativa de todos os segmentos da



sociedade, especialmente aqueles historicamente marginalizados. A relevância do Direito Constitucional se manifesta ainda na sua capacidade de adaptação às transformações sociais e tecnológicas, exigindo uma interpretação dinâmica e atualizada que atenda as novas demandas e desafios que surgem constantemente.

Assim, o estudo do Direito Constitucional torna-se imprescindível para qualquer jurista ou cidadão interessado em compreender os fundamentos do Estado democrático, bem como as garantias e direitos que cada indivíduo possui em relação a este. Nesse sentido, a educação jurídica, aliada à reflexão crítica sobre os princípios constitucionais, é fundamental para a formação de uma sociedade mais justa, participativa e consciente de seus direitos e deveres.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

2. Princípios Fundamentais da Constituição Brasileira: Estrutura e Significado

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, estabelece os princípios fundamentais que norteiam o Estado Democrático de Direito, refletindo os valores e ideais da sociedade brasileira. Os princípios fundamentais estão dispostos no Título I da Constituição e possuem um papel central na organização do Estado e na proteção dos direitos dos cidadãos, funcionando como diretrizes essenciais para a interpretação e aplicação das normas constitucionais.

Os artigos 1º ao 4º apresentam a estrutura dos princípios fundamentais, que incluem a dignidade da pessoa humana, a cidadania, a proteção dos direitos sociais, a prevalência do bem comum e os fundamentos da liberdade, igualdade e justiça. Esses princípios configuram-se não apenas como princípios abstratos, mas como elementos que sustentam a convivência social e política do Brasil, concebendo a Constituição como um pacto entre os cidadãos e o Estado.

O primeiro artigo da Constituição afirma firmemente que o Brasil é uma República federativa, composta por uma união indissolúvel dos Estados e Municípios. Essa estrutura federativa propicia um sistema de divisão de poderes que garante a autonomia dos entes federativos e a descentralização do poder, apresentando uma alternativa à concentração do mesmo em um



único governante ou instância.

Um dos princípios mais destacados e fundamentais é a dignidade da pessoa humana, que permeia toda a Constituição, influenciando a elaboração de leis e a atuação dos poderes públicos. Esse princípio impõe ao Estado a responsabilidade de respeito, proteção e promoção da dignidade de cada cidadão, reconhecendo que todos possuem direitos inerentes que precisam ser respeitados e garantidos.

Ademais, a cidadania representada nos princípios fundamentais assegura o direito de participação ativa dos indivíduos na vida política e social do país, promovendo a inclusão e a igualdade nas decisões que impactam suas vidas. A Constituição busca, assim, assegurar que todos os cidadãos tenham voz e possam influenciar o processo democrático, fortalecendo a legitimidade do governo e suas ações.

Os direitos sociais consubstanciados no artigo 6º da Constituição também cumprem um papel essencial. Ao garantir acesso a saúde, educação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social e assistência à criança e ao adolescente, esses direitos estabelecem um compromisso do Estado com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos possam ter suas necessidades básicas atendidas.



Os fundamentos da liberdade, igualdade e justiça refletem um compromisso ético e moral do Estado com os valores universais, reconhecendo a diversidade social e a importância de um tratamento justo e equitativo para todos os cidadãos. Esses princípios geram uma normatização que visa impedir qualquer forma de discriminação e desigualdade, promovendo um ambiente onde a igualdade de oportunidades é uma realidade e não apenas um ideal.

Em suma, os Princípios Fundamentais da Constituição Brasileira não são meros enunciados, mas sim a base da estrutura do Estado e a essência da proteção dos direitos humanos. Eles determinam as obrigações do Estado e são essenciais para a interpretação das normas e dispositivos constitucionais, servindo como bússolas jurídicas que orientam a formação de políticas públicas e a proteção dos direitos sociais, assegurando um desenvolvimento harmônico da sociedade brasileira.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

3. Direitos e Garantias Fundamentais: Análise e Interpretação Contemporânea

Os direitos e garantias fundamentais constituem o cerne do Estado democrático de direito, refletindo o compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana e a promoção da justiça social. Na obra de Gilmar Ferreira Mendes, a discussão sobre esses direitos é vista não apenas sob a ótica da norma constitucional, mas também em sua aplicação prática no cotidiano da sociedade brasileira.

A Constituição Federal de 1988, conhecida como a "Constituição Cidadã", introduziu um amplo rol de direitos fundamentais, que se subdividem em direitos individuais, sociais, coletivos, e difusos. Esta multiplicidade reflete a busca por um Estado que não apenas respeite as liberdades individuais, mas também promova a inclusão e a igualdade entre os cidadãos. Mendes enfatiza a importância da interpretação dos direitos fundamentais à luz de princípios como a proporcionalidade e a razoabilidade, que garantem um equilíbrio entre direitos conflitantes e a atuação do Estado.

A análise contemporânea dos direitos e garantias fundamentais requer uma leitura dinâmica, capaz de se adaptar às mudanças sociais, culturais e tecnológicas. Mendes aborda a necessidade de uma hermenêutica constitucional que interprete os direitos à luz das novas realidades, como a proteção de dados, direitos digitais e questões de gênero e raça, reafirmando



a ideia de que os direitos fundamentais são organismos vivos que devem evoluir com a sociedade.

Ademais, a obra destaca o papel das instituições e da sociedade civil no fortalecimento dos direitos fundamentais. O protagonismo dos movimentos sociais e das comunidades na luta por direitos revela a importância da participação cidadã e do ativismo jurídico como instrumentos de transformação social. Mendes sublinha a relevância da judicialização dos conflitos sociais e a atuação do Judiciário na proteção dos direitos fundamentais, destacando a necessidade de um sistema judiciário que seja sensível às demandas contemporâneas.

O autor também aborda as tensões que podem surgir entre direitos individuais e coletivos, evidenciando que a proteção de um direito não deve implicar na violação de outro. A análise de casos práticos e jurisprudência recente exemplifica como o Supremo Tribunal Federal tem atuado na interpretação e aplicação dos direitos fundamentais, buscando sempre a maximização da justiça e da equidade.

Por fim, a reflexão sobre direitos e garantias fundamentais em Mendes vai além da mera catalogação normativa. Ela propõe um compromisso ativo com a defesa e a concretização desses direitos, reconhecendo que a verdadeira democracia se realiza quando todos os cidadãos têm acesso pleno



à justiça e à dignidade. Essa análise abrangente e contemporânea é um convite à reflexão crítica sobre o papel dos direitos fundamentais na política, na cidadania e no futuro do direito constitucional brasileiro.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

4. Poderes do Estado e a Separação de Funções: Funcionalidade e Limitações

A constituição brasileira estabelece um modelo de Estado que se fundamenta na separação de poderes, conceito crucial para a compreensão da estrutura e funcionamento do sistema democrático nacional. O princípio da separação de funções define os papéis atribuídos aos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, assegurando a independência necessária para que cada um exerça suas atribuições sem interferências indevidas, mas ao mesmo tempo promovendo uma dinâmica de controle mútuo entre eles.

O Poder Executivo, liderado pelo Presidente da República, é incumbido da administração pública e da execução das leis. Este poder tem a responsabilidade vital de conduzir a política governamental, elaborar e implementar políticas públicas voltadas ao bem-estar social. Seu caráter dinâmico e a necessidade de agir de forma ágil para atender às demandas sociais exigem que, frequentemente, o Executivo atue em convergência com o Legislativo e com o Judiciário, criando um espaço de diálogo entre as esferas.

Já o Poder Legislativo, composto pelo Congresso Nacional, que inclui a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, é responsável por elaborar, discutir e aprovar leis. Este poder materializa a representação política dos cidadãos e desempenha um papel fundamental na criação dos normativos



que regulamentam a vida em sociedade. A importância do Legislativo se dá, não apenas pelo ato de legislar, mas também pela sua função de fiscalização sobre as ações do Executivo, um aspecto essencial para evitar abusos de poder.

O Poder Judiciário, por sua vez, é incumbido da interpretação e aplicação das leis, além de garantir a suprema proteção dos direitos fundamentais. Sua atuação é fundamental na resolução de conflitos e na defesa da Constituição, servindo como guardião dos direitos da população e responsável por assegurar a justiça. O Judiciário, portanto, também exerce um controle sobre os outros poderes, podendo declarar inconstitucionais atos ou leis que ultrapassem os limites estabelecidos pelo arcabouço legal.

Entretanto, a separação de poderes não implica em um isolamento absoluto entre eles. A interdependência funcional exige que cada poder respeite as competências dos demais, mas ao mesmo tempo, crie mecanismos de colaboração para assegurar o equilíbrio e a estabilidade do Estado. A interação entre os poderes é indispensável para a eficácia do sistema democrático, pois permite uma abordagem integrada na solução de questões que afetam a sociedade.

As limitações impostas pela separação de poderes também merecem destaque. É importante que cada poder tenha claro seu espaço e que



compreenda os limites de suas ações. Isso não apenas previne a usurpação de funções, mas também protege o próprio funcionamento democrático, pelo respeito às diferentes áreas de atuação. A separação de funções, se bem implementada, evita que um único poder concentre demasiada autoridade, prevendo noções de freios e contrapesos que garantem a justiça e a equidade nas decisões políticas e legislativas.

Por fim, a correcta interpretação e aplicação da separação de poderes são fundamentais para a manutenção da ordem social e do respeito aos direitos e garantias fundamentais. Em um contexto em que os velhos padrões da política estão em transformação e novos desafios representam uma ameaça constante à democracia, a reflexão sobre a funcionalidade e as limitações da separação de funções permanece mais relevante do que nunca, exigindo um esforço contínuo para fortalecer as instituições democráticas e proteger os valores constitucionais.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5. O Controle de Constitucionalidade e sua Relevância no Sistema Jurídico Brasileiro

O controle de constitucionalidade é um dos pilares fundamentais do direito constitucional brasileiro, tendo como principal função garantir a supremacia da Constituição e assegurar que todas as normas infraconstitucionais estejam em consonância com os preceitos constitucionais. Esse mecanismo de controle é essencial em um Estado Democrático de Direito, pois permite a proteção dos direitos e garantias fundamentais, evitando que normas infraconstitucionais ou atos administrativos violem os direitos dos cidadãos ou os princípios constitucionais estabelecidos.

No Brasil, o controle de constitucionalidade pode ser exercido de duas formas: o controle difuso e o controle concentrado. O controle difuso é aquele que pode ser realizado por qualquer juiz ou tribunal ao decidir uma questão em um caso concreto. Nesse contexto, se um juiz entender que uma norma é inconstitucional, ele poderá deixar de aplicá-la, inclusive no julgamento do caso em questão. Essa modalidade de controle promove a proteção dos direitos individuais e é um importante mecanismo de defesa das garantias fundamentais, pois permite que qualquer cidadão, ao buscar a Justiça, tenha a possibilidade de contestar a aplicação de normas que entendem ser inconstitucionais.

Por outro lado, o controle concentrado é realizado por órgãos especializados,



como o Supremo Tribunal Federal (STF), que é responsável por analisar ações diretas de inconstitucionalidade e outras demandas que questionam a compatibilidade de normas infraconstitucionais com a Constituição. Esse tipo de controle é importante para a uniformização da interpretação da Constituição e para a manutenção da segurança jurídica, visto que as decisões proferidas pelo STF têm abrangência nacional e vinculam todos os demais órgãos do Judiciário, assegurando uma interpretação homogênea do texto constitucional.

A relevância do controle de constitucionalidade no Brasil é ainda mais acentuada diante de um contexto em que frequentemente surgem normas que podem atentar contra direitos fundamentais ou que buscam restringir garantias constitucionalmente asseguradas. O papel do controle de constitucionalidade, portanto, não se limita à análise formal da legalidade das normas, mas se estende à defesa dos valores democráticos e dos direitos humanos, permitindo um diálogo constante entre o legislador, o Judiciário e a sociedade.

Ainda, o controle de constitucionalidade também reflete a função da Constituição como norma de normas, que não apenas estabelece regras de governança, mas também impõe limitações ao exercício do poder estatal. Ele atua como uma salvaguarda contra abusos e arbitrariedades, promovendo uma cultura de respeito às normas e aos princípios constitucionais.



Por fim, é importante destacar que, além de garantir a supremacia da Constituição, o controle de constitucionalidade propicia um espaço para a evolução da interpretação constitucional, possibilitando que o texto constitucional se adapte às novas realidades sociais e aos novos desafios enfrentados pela sociedade contemporânea. Isso é especialmente pertinente em um mundo em constante transformação, onde novas demandas sociais emergem e onde a proteção dos direitos fundamentais precisa ser reafirmada continuamente. Portanto, o controle de constitucionalidade não é apenas um aspecto teórico do direito, mas uma prática essencial para a vivência e sustentabilidade da democracia no Brasil.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

6. Aspectos Recentes do Direito Constitucional: Desafios e Tendências para o Futuro

O Direito Constitucional tem passado por significativas transformações que refletem as mudanças sociais, políticas e econômicas do Brasil e do mundo. Os desafios contemporâneos exigem uma reavaliação constante dos conceitos e princípios que fundamentam a Constituição, de modo a garantir sua adequação e eficácia diante das novas realidades.

Um dos principais desafios do Direito Constitucional atual é a proteção dos direitos fundamentais em um contexto de crescente desigualdade e polarização política. As crises sociais, que muitas vezes resultam em pressões sobre a ordem constitucional, tornam essencial a defesa dos direitos fundamentais como um pilar que garante a dignidade da pessoa humana. A luta por direitos como a igualdade de gênero, os direitos das populações indígenas e a proteção das liberdades civis em meio a crescentes autoritarismos são questões urgentes que trazem à tona a importância da Constituição como instrumento de defesa e promoção de uma sociedade justa e igualitária.

Além disso, a questão ambiental se torna cada vez mais central no discurso constitucional. A incorporação de princípios de sustentabilidade não apenas nas legislações infraconstitucionais, mas especialmente no próprio texto constitucional, reflete a necessidade de uma abordagem que contemple o



desenvolvimento sustentável e a proteção das gerações futuras. As recentes emendas constitucionais e decisões judiciais que preocupam-se com direitos ambientais evidenciam essa tendência e apontam para um futuro onde a responsabilidade ecológica estará cada vez mais entrelaçada com os direitos humanos.

As inovações tecnológicas e os avanços na área da informação e comunicação também apresentam novos desafios ao Direito Constitucional. Questões como a proteção de dados pessoais, a privacidade em ambientes digitais e a regulação das redes sociais têm origem em debates que ascendem da Constituição e exigem reflexões profundas sobre como garantir direitos fundamentais em um mundo cada vez mais conectado. O desafio aqui é equilibrar a proteção dos direitos individuais com as necessidades de segurança coletiva, especialmente em tempos de crescente digitalização das relações sociais.

Por fim, o fortalecimento das instituições democráticas e a promoção de uma cultura de respeito ao Estado de Direito são imperativos para a sobrevivência da democracia no Brasil. O papel do Judiciário, em especial, é crucial nessa construção, pois as decisões judiciais e a interpretação da Constituição são fundamentais para a preservação de direitos e garantias. Os movimentos sociais, a participação cidadã e a transparência administrativa surgem como grandes aliados na luta por uma Constituição que funcione concretamente



como uma carta de direitos e não apenas como um conjunto de normas jurídicas.

Portanto, os aspectos recentes do Direito Constitucional nos mostram um cenário desafiador e dinâmico, repleto de tensões e oportunidades. A capacidade de adaptação e inovação para enfrentar novos problemas, sem perder de vista os princípios fundamentais que regem o ordenamento jurídico, será determinante para o futuro do Direito Constitucional no Brasil. Neste contexto, é necessário que especialistas, acadêmicos e operadores do direito se engajem em um diálogo contínuo que busca contribuir para a evolução e a efetividade da Constituição, sempre em atenção às necessidades e demandas de uma sociedade em constante transformação.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5 citações chave de Curso De Direito Constitucional - Série Idp - 19ª Edição 2024

1. "A Constituição é a norma fundamental que rege a organização do Estado, definindo os direitos e garantias dos cidadãos."
2. "O Estado Democrático de Direito garante a supremacia da Constituição e a proteção dos direitos humanos como pilares da convivência social."
3. "A interpretação constitucional deve ser dinâmica, acompanhando a evolução dos valores sociais e as necessidades da sociedade contemporânea."
4. "Os direitos fundamentais são cláusulas pétreas que não podem ser abolidas, refletindo a essência do respeito à dignidade humana."
5. "O controle de constitucionalidade é um mecanismo essencial para a proteção dos direitos do cidadão e a manutenção do equilíbrio entre os poderes estatais."





Digitalizar para baixar



Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso

Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas

Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min
Lêla ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

DIA 21
Obter recompensa do desafio

0 vezes
Você completou

Descobrir Biblioteca Eu

Escolha sua área de foco

Quais são seus objetivos de leitura?
Escolha de 1 a 3 objetivos

- Ser uma pessoa eficaz
- Ser um pai melhor
- Ser feliz
- Melhorar habilidades sociais
- Abrir a mente com novos conheci...
- Ganhar mais dinheiro
- Ser saudável

Continuar